



# B O L E T I M

## Trabalhadores Rurais & Direitos

Boletim do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA - Ano II - Nº 5. JAN/FEV 2007

### Editorial

Viva a luta dos trabalhadores rurais! Este número é dedicado à questão das lutas camponesas no Brasil. Há algumas importantes conquistas que precisam ser celebradas: o acesso ao crédito fundiário e a nova lei que dá acesso à escritura da propriedade fundiária também para as mulheres. Há muito que conquistar. As trabalhadoras rurais, especialmente as mais jovens, historicamente são aquelas que fazem a opção pela migração e alternância do curso de vida em relação à vida camponesa. Isso é assim porque o processo sucessório nas áreas rurais privilegia historicamente os filhos homens. A partir das novas conquistas essa realidade tende a ser alterada. Por outro lado, nas zonas rurais, são as mulheres aquelas que têm maior escolaridade e por isso buscam novas alternativas de inserção econômica. Isso coloca em questão os conteúdos que são tratados nas escolas nas zonas rurais, trazendo a discussão por uma verdadeira educação no campo. As mulheres enfrentam desafios, como: a disseminação da Aids, a gravidez na adolescência, entre outras questões que mostram como o tema da saúde reprodutiva e dos direitos das camponesas andam juntos. Por isso acreditamos que é necessário que a questão da mulher camponesa e seus direitos emergem nas nossas discussões. Um outro tema relevante para o Brasil é a relação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e seus impactos para a região Nordeste. A Transposição do Rio São Francisco é apresentada como solução para a insegurança hídrica. Na verdade, a sociedade civil nordestina tem investido em muitas alternativas para a convivência com o semi-árido e a superação da insegurança hídrica e alimentar. Essas alternativas são muito mais eficazes que a transposição. Além disso, todas as indicações demonstram que a transposição atenderá às grandes empreiteiras, aos produtores de camarão (carcinocultura) e quase nada ao abastecimento humano e animal. Por isso publicamos a carta de D. Luiz Cappio, bispo da diocese de Barra, na Bahia, ao presidente Lula sobre esse projeto e suas conseqüências.

## Bahia cria Superintendência da Agricultura familiar

Para atender as demandas dos agricultores familiares organizados em um fórum baiano foi criada, no início do governo Jacques Wagner, a Superintendência da Agricultura Familiar (Suaf). A Suaf tem como superintendente Ailton Florêncio dos Santos e faz parte da Secretaria da Agricultura, irrigação e Reforma Agrária (Seagri). A criação dessa superintendência beneficia os trabalhadores rurais da Região do Submédio São Francisco. “A

região do Submédio São Francisco só era apoiada pela Chesf [Companhia Hidro Elétrica do São Francisco], agora teremos a ação do governo estadual da Bahia voltada para esse público através da Suaf”, explicou Assuez da Silva Santos, suplente da coordenação do Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco.

Fonte: Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA e KOINONIA

## Bioenergia no sertão

Começou em janeiro um estudo da viabilidade bioenergética do território da barragem de Itaparica. O estudo está sendo realizado por uma empresa francesa a partir de um convênio com a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). A apresentação da proposta para geração de

bioenergia terá o apoio da Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) e da Petrobrás. O estudo está sendo realizado para descobrir outras possibilidades de geração de renda das áreas na região que não são cultiváveis.

Fonte: Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA e KOINONIA



## Marcha reúne cerca de 3.500 sem-terra

A marcha Terra, Água e Justiça Social, que teve início no dia 20 de março, deve reunir no dia 26, aproximadamente 3.500 trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Sem-Terra em direção à sede da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), em Paulo Afonso.

O objetivo da manifestação é chamar atenção do governo para as questões ligadas aos trabalhadores rurais, como a garantia de infra-estrutura nos assentamentos, visando a melhoria da produção e qualidade de vida dos assentados.

Entre as reivindicações dos sem-terra estão rapidez na apuração de crimes relacionados à luta dos trabalhadores rurais, a exemplo do assassinato do líder Jaelson Melquiades, em Atalaia; construção de uma adutora para irrigação das plantações e fornecimento de água.

Uma comissão de lideranças do movimento participa de uma audiência com representantes do Governo Teotônio Vilela Filho (PSDB), Incra, Seinfra, Iteral, Chesf, CEF e Gerenciamento de Crises da PM.

Fonte: Gazetaweb.com

## Visita de KOINONIA

A assistente do Programa TRD (Trabalhadores Rurais e Direitos), Maria Priscila Lisa Chagas, de KOINONIA visitou os municípios de Glória (BA) e Jatobá (PE), entre os dias 24 e 25 de março, para conhecer os municípios e se reunir com os jovens.

As visitas têm o objetivo de acompanhar as atividades dos Jovens em suas bases e informar as atividades do Coletivo de Jovens do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA. Segundo Priscila, KOINONIA acompanhará as atividades dos jovens durante todo ano de 2007.

Fonte: KOINONIA.

## Vara para questões agrárias

Uma comissão formada pelo juiz-auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJ/AL), Dr. Carlos Cavalcanti, por um representante do Ministério Público Estadual (MP) e pelo advogado Delson Lira criará uma vara do Estado de Alagoas especializada em questões agrárias. A criação dessa vara vem sendo discutida há cerca de cinco anos.

Fonte: Primeira Edição

## Seminário discute transposição

A transposição do Rio São Francisco foi um dos principais temas do Seminário Integração de Bacias e Gestão de Águas no Nordeste, promovido pela Intersindical Nordeste, no dia 27 de fevereiro, em Recife (PE). O objetivo do encontro foi aprofundar as discussões sobre a transposição nos estados envolvidos com os projetos, principalmente Pernambuco, que concentrará as principais obras. Entre os participantes estavam o presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Dílson da Conti, e o diretor de engenharia e construção da Chesf, José Ailton

Fonte: Notícias 360 graus

## Transposição não!



Cachoeira de Paulo Afonso

Aconteceu no dia 26 de fevereiro em Juazeiro (BA) uma manifestação contra a transposição do Rio São Francisco, pela revitalização do rio e contra a construção de novas barragens. O protesto reuniu cerca de 300 pessoas entre trabalhadores rurais, sindicatos, organizações não governamentais, pescadores, índios e quilombolas. Os manifestantes que vinham de Curaçá (BA) tiveram que caminhar mais de 5Km até o local da manifestação, pois os ônibus que os transportavam foram apreendidos pela polícia. O protesto foi encerrado com a ocupação da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba).

Fonte: Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA

## Ibama autoriza início da transposição do São Francisco

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) autorizou o início das obras de transposição de águas do São Francisco. A informação sobre a emissão da licença de instalação para a obra foi divulgada em 23 de março, pela assessoria de comunicação do instituto.

Na semana passada, ao mesmo tempo em que o governo lançava o edital de R\$ 3,3 bilhões para a licitação das obras - ainda sem contar com a licença do Ibama - centenas de integrantes de movimentos sociais foram a Brasília protestar contra o projeto, dialogar com representantes dos três Poderes e propor alternativas à obra e para o desenvolvimento do Semi-Árido.

Somando-se às vozes dos movimentos, diversos especialistas vêm apontando outras propostas para democratizar o acesso à água na região, muitas delas baseadas no "Atlas Nordeste" produzido pela Agência Nacional de Águas, e que apresenta investimentos que deveriam ser priorizados nesse sentido.

Por fim, a Procuradoria da República no Distrito Federal recomendou, no dia 22, ao Ibama que não concedesse o licenciamento antes do detalhamento do projeto ser realizado e sem novas audiências públicas sobre os estudos complementares exigidos após a emissão da licença prévia ao projeto.

O governo Lula, optou por não considerar todas essas questões e colocará o Exército para realizar as obras iniciais, enquanto as empreiteiras que lucrarão centenas de milhões de reais com o projeto ainda não tiverem sido selecionadas. Contando agora com o aval do Ibama, o governo federal pretende fazer sua grande obra para a região Nordeste, alegando motivos humanitários e de combate à seca. Lula sabe não se tratar disso e os grandes empreendimentos industriais, de fruticultura, criação de camarão e as siderúrgicas projetados ou instalados na região também.

Fonte: MST

**BOLETIM**  
**Trabalhadores Rurais**  
**& Direitos**

Esperamos sugestões, críticas, reclamações e comentários sobre o boletim.

**E-eletrônico para:**  
trd@koinonia.org.br

**Cartas para:**  
Programa Trabalhadores Rurais e Direitos  
Rua Santo Amaro, 129 - Glória  
22211-230 Rio de Janeiro/RJ

## Pescadores Artesanais protestam no Ministério do Trabalho

Cerca de 600 pescadores artesanais dos Municípios de Petrolândia e Jatobá em Pernambuco ainda não conseguiram receber o seguro defeso. Entre os meses de novembro e fevereiro é proibida a pesca, pois os peixes estão em período de reprodução. Desde janeiro, os pescadores encaminharam documentações necessárias para o andamento do processo de seguro, mas o posto do Ministério do Trabalho local até

o último dia 23 não havia encaminhado os processos do benefício para a sede em Recife. Os pescadores prejudicados denunciaram o caso e realizam em protestos 26 de fevereiro em Petrolândia.

Quanto ao seguro-defeso, o chefe do posto Adeilton Nunes alegou que não encaminhou a documentação porque ainda tem documentos pra receber dos pescadores e que prefere encaminhar tudo de uma vez, ele afirmou

também, que o seu cartão de despacho nos correios está em atraso, impossibilitando fazer o envio. Os pescadores reivindicam, a destituição do chefe do posto e a nomeação imediata de alguém que resolva o problema dos prejudicados. Reivindicam ainda, a liberação imediata do seguro-defeso por parte do Ministério do Trabalho.

Fonte: Colônia de Pescadores de Petrolândia  
Acessado: <http://baixosaofrancisco.blogspot.com/>

## Artigo

### Marcha das Margaridas: um trajeto todo dia

Por Taciana Gouveia<sup>1</sup>

No próximo mês de agosto milhares de trabalhadoras rurais chegarão a Brasília para mais uma manifestação da Marcha das Margaridas; as anteriores ocorreram em 2000 e 2003. Mas os passos dessa caminhada vêm sendo dados por milhões de mulheres que a cada amanhecer do dia, e há muito tempo, lutam para que suas vidas lhes sejam próprias, o seu trabalho seja reconhecido e valorizado, seus direitos sejam reais e não apenas palavras escritas e promessas sempre não cumpridas. Todas e todos nós sabemos que as condições de vida das populações rurais no Brasil são bastante graves e muito longe daquilo que consideramos uma vida digna; Contudo, por mais que os movimentos sociais demonstrem a perversidade dessa situação, e que os diversos estudos e pesquisas comprovem o que toda trabalhadora e todo trabalhador rurais sentem na pele cotidianamente, não houve até agora nenhuma política pública capaz de ir além de ações assistenciais. Quando muito, contornam os problemas, sem efetivamente enfrentá-los com a radicalidade que se faz urgente e necessária. Não há como alcançar a igualdade e o pleno direito sem que se mude a concepção vigente sobre desenvolvimento e sem entender que o que chamamos de 'rural' não é apenas um lugar da produção, mas é principalmente um lugar da vida de todo dia, de todos nós e não apenas daqueles e daquelas que nele habitam.

Pode parecer pouco estranho usar a noção de 'habitar' para pensar sobre a vida das trabalhadoras rurais, pois geralmente essa palavra é diretamente associada à moradia, que por sua vez comumente rela-

ciona-se ao urbano. Entretanto, essa noção pode nos ser muito interessante para entender a vida e a luta das mulheres rurais se a tomarmos em dois sentidos: o mais restrito, como sinônimo de casa; e no seu sentido mais amplo, quando habitar significa também ser.

As mulheres em geral, e em especial as que vivem no meio rural, ainda são consideradas pela sociedade como cabendo apenas no espaço da casa. Mesmo com todas as conquistas que já obtivemos, por mais que caminhemos por todos os lugares, exigem de nós que voltemos e cuidemos do doméstico. E o que lá ocorre não tem muito valor.

É na casa que desaparece e é invisibilizado todo o trabalho que as mulheres fazem na roça, nas plantações, na criação dos animais, no plantio e na colheita.

É na casa que o tempo se alonga e as jornadas de trabalho se multiplicam por mil.

É na casa que as mulheres educam e curam porque não há escolas e postos de saúde.

É na casa que ficam solitárias e sem condições quando já não podem trabalhar porque o direito a aposentadoria lhes é freqüentemente negado porque não são consideradas trabalhadoras.

É na casa que as mulheres sofrem todos os tipos de violência, é lá que muitas vezes morrem em silêncio e sem socorro.

E esta casa não lhes pertencem nem de fato nem de direito, porque mesmo que as leis tenham mudado, os costumes continuam os mesmos, pois a casa é uma parte da propriedade e esta pertence aos homens.

E assim, a casa tem sido para as mulheres um espaço restrito, onde vivem sob o signo da dominação masculina que impede



até o mais básico direito dos seres humanos: a liberdade de ir e vir.

É para transformar essa situação que as mulheres marcham há tanto tempo, todos os dias, para que habitar não seja ser prisioneira de uma casa, mas sim a ação em que se é sujeito da própria vida e da história. Para que habitar seja a liberdade de estar em qualquer lugar, a possibilidade de ocupar todos os espaços, a realização plena da igualdade e dos direitos.

As mulheres marcham porque querem que o mundo seja um lugar de todo mundo, que a vida nós seja digna e justa.

Por isso, desde já devemos todas e todos nos movimentarmos ao encontro delas, que as suas lutas sejam as nossas lutas, suas trajetórias a nossa trajetória, suas conquistas sejam a realização da nossa utopia, pois como canta Milton Nascimento :

*"Quem irá me valer?*

*São pessoas, é a caminhada.*

*Quem irá me valer?*

*São meus sonhos no pó da estrada"<sup>2</sup>*

<sup>1</sup> Educadora feminista, faz parte da Coordenação Colegiada do SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia e da Direção Executiva da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG.

<sup>2</sup> Música e composição "Pra Eu Parar de Me Doer" de Milton Nascimento.

## Dom Cappio quer retorno ao diálogo

No dia 22 de fevereiro o bispo de Barra (BA) dom Luiz Cappio enviou uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em entrevista à imprensa no mesmo dia, o bispo afirmou que o Governo, ao retomar em janeiro deste ano o processo de transposição, desconsiderou todo o diálogo que foi construído com os movimentos sociais sobre a revitalização do rio. Transcrevemos aqui a carta de D. Luiz Cappio.

Barra, 21 de fevereiro de 2007

Caro Presidente Lula,

### Paz e Bem!

Escrevo-lhe hoje, dia em que a Igreja do Brasil lança a Campanha da Fraternidade 2007 sobre a Vida da Amazônia e toda a sua riqueza humana e natural.

O objetivo desta carta, amiga e fraterna, é retomar o diálogo que assumimos juntos por ocasião de nosso encontro no dia 15 de dezembro de 2005 em sua sala de trabalho no Planalto.

Agradeço pelas oportunidades que os representantes da sociedade brasileira e os representantes do governo tivemos de iniciar o debate sobre assuntos tão importantes como: Projeto de Revitalização do Rio São Francisco, Projeto de Transposição de águas do Rio São Francisco, Projeto de Desenvolvimento Alternativo para o semi-árido brasileiro, na busca de um consenso que soe em acontecer numa sociedade democrática.

Retomo o diálogo justamente quando a humanidade, estarecida, toma consciência das conseqüências do aquecimento global, com impacto em todo o planeta, particularmente na vida de bilhões de seres humanos, inclusive na já historicamente oprimida e humilhada população nordestina.

Retomo o diálogo quando o Rio São Francisco, mais assoreado, sofre uma grande cheia e sua população ribeirinha, a quinhentos metros do rio, passa sede, como mostrou, nessa semana, o Jornal Nacional.

Retomo o diálogo quando uma menina morreu afogada em um dos canais que supre os perímetros irrigados de Petrolina - PE, por ter ido "roubar" água para matar sua sede e de sua família.

Retomo o diálogo quando o senhor fala em iniciar as obras de transposição que irão consumir inicialmente 6,6 bilhões de reais, mais de 50% de todo o orçamento destinado a recursos hídricos no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

Retomo o diálogo quando o Tribunal de Contas da União (TCU) afirma publicamente, em seu relatório, que o Projeto de Transposição de Águas do São Francisco não beneficia o número de municípios e de pessoas que afirma atingir.

Retomo o diálogo quando o mesmo Tribunal, através do acordão 2002/2006 determinou ao Ministério da Integração e ao Ministério da Defesa que não utilizem recursos públicos para execução de obra de transposição enquanto não houver decisão definitiva sobre a validade de licença prévia concedida pelo Ibama.

Retomo o diálogo quando a Agência Nacional de Águas (ANA), organismo de Estado, criado para a gestão estratégica do uso da água no Brasil, propõe 530 obras para solucionar os problemas de abastecimento hídrico até 2015 em todos os núcleos urbanos acima de 5.000 (cinco mil) habitantes do semi-árido brasileiro até 2015. Essas obras beneficiariam as populações mais necessitadas, e custaria 3,6 bilhões de reais, portanto, mais baratas, mais abrangentes, mais eficientes que qualquer obra de transposição hídrica.

Em nosso encontro, acima referido, o senhor me disse que "não seria louco de levar essa obra à frente se apresentássemos uma alternativa melhor". Agora, somando as obras propostas pela ANA juntamente com as iniciativas de captação, armazenamento e manejo de água de chuva desenvolvidos pela Articulação do Semi-Árido (ASA), o senhor tem uma chance de escolha muito melhor, pela qual seu governo ficará marcado para sempre na história do nordeste brasileiro, sua terra natal.

**Não faltam alternativas. Falta uma decisão política mais lúcida. Nosso pedido, senhor presidente, é que se retome o diálogo e que se garanta que seja amplo, transparente, verdadeiro e participativo, incluindo toda a sociedade do São Francisco e do Semi-Árido, conforme foi pactuado em Cabrobó em outubro de 2005 e renovado através de pedido formal por carta protocolada em 6 de fevereiro último.**

Senhor presidente, sempre vestimos sua camisa. Ainda estamos vestidos nela. Nossa contribuição de fiel militante da causa do povo é para que o senhor seja verdadeiramente aquilo a que se propôs, o de ser o presidente de todo o povo brasileiro, especialmente dos pobres deste país, por serem os que mais necessitam de sua atenção. Receba nossa saudação amiga e fraterna, com os votos de uma **Feliz e Santa Páscoa de Nosso Senhor Jesus Cristo.**

Dom Frei Luiz Flávio Cappio, OFM  
Bispo Diocesano de Barra - Bahia

Fonte: CPT Nacional

## EXPEDIENTE

Boletim Produzido pelo Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

Secretário Executivo de KOINONIA  
Rafael Soares de Oliveira

Coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos e editor do boletim  
Jorge Atílio Silva Lulianelli

Assistentes Editoriais  
Maria Priscila Lisa das Chagas | Quitéria Maria Silva Ferreira

### Pesquisas

Andréa Carvalho de Oliveira

### Redação e Revisão

Helena Costa | Manoela Vianna

### Diagramação e Impressão

Editora Fonte Viva



Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro/RJ  
Tel: (21) 2224-6713 - Fax: (21) 2221-3016  
e-mail: trd@koinonia.org.br  
site: www.koinonia.org.br